

O “purismo linguístico” como um indicador de exclusão social na Amazônia cabanaⁱ

“Linguistic purism” as an indicator of social exclusion in the cabana Amazon

Welton Diego Carmim Lavareda
Universidade da Amazônia (UNAMA)/
Centro Universitário Fibra (UNIFIBRA)
Belém-Brasil

Resumo

Trata-se de um estudo que analisa como a gestão da língua portuguesa instituiu uma disciplinarização linguística, durante o período da Cabanagem, potencializadora de uma atitude “purista de língua” no território amazônico. Para tanto, consideramos o arcabouço teórico-metodológico de Michel Foucault no quadro dos estudos discursivos (2010a; 2010b; 2010c) e a operacionalização conceitual que vem sendo desenvolvida sobre o governo da língua no cenário cabano (LAVAREDA, 2021). Assim, na busca de sistematizar o artigo, os procedimentos técnicos do estudo têm abordagem documental, tendo como instrumento para a produção dos arquivos a narrativa *Motins Políticos...* (RAIOL, 1970). Almeja-se, com este ensaio, salientar um olhar mais plural sobre a constituição histórica da língua portuguesa e oportunizar outros olhares para o gerenciamento linguístico enquanto índice de estratificação social.

Palavras-chave: Governo da língua. Dispositivo colonial. Estudos discursivos foucaultianos.

Abstract

This is a study that analyzes how the management of the Portuguese language instituted a linguistic disciplinarization, during the Cabanagem period, which boosted a “language purist” attitude in the Amazon territory. Therefore, we consider Michel Foucault's theoretical-methodological framework in the framework of discursive studies (2010a; 2010b; 2010c) and the conceptual operationalization that has been developed on the government of language in the Cabano scenario (LAVAREDA, 2021). Thus, in an attempt to systematize the article, the technical procedures of the study have a documental approach, having as an instrument for the production of the archives the narrative *Motins Políticos...* (RAIOL, 1970). The aim of this essay is to highlight a more plural look at the historical constitution of the Portuguese language and to create opportunities for other looks at linguistic management as an index of social stratification.

Keywords: Government of the language. Colonial device. Foucaultian discursive studies.

Introdução

Observamos com certa frequência a ampliação do diálogo acadêmico sobre os textos de Michel Foucault com o campo dos Estudos do Discurso, com os itinerários do *Curso de Linguística Geral* (2006), com a *Linguística Aplicada Indisciplinar* etc. Deslocamento teórico importante e que abre espaço para também pensarmos nos regimes de apropriação de que as ideias do pensador francês têm sido objeto em diferentes domínios do saber. O presente artigo, por exemplo, muito em função do cenário interdisciplinar já anunciado, procura ler Michel Foucault pelo viés da linguagem, isto é, tomando o discurso como categoria central de seu pensamento, pois são as vozes, os próprios discursos que lhe interessam.

Talvez porque seja por esta perspectiva que um pesquisador rotulado como sendo da “área da linguagem”, ao trabalhar com o Foucault, sinta-se mais à vontade para estabelecer determinadas afinidades (ou duelos), com o objetivo de vislumbrar “[...] a natureza fundante do conceito de discurso em seu pensamento e a partir dessa fundação articular a rede conceitual que gravita em torno da centralidade da linguagem na produção de sentidos, na constituição dos sujeitos, nas relações entre os saberes, os poderes e a ética” (GREGOLIN, 2016, p. 117).

Deste modo, considerando o referencial do estudo do discurso da maneira como o praticamos no Brasil (com a especificidade do trabalho arqueogenealógico de Michel Foucault), analisamos nesta empreitada de escrita como a gestão da língua portuguesa instituiu uma disciplinarização linguística, durante o período da Cabanagem (1835-1840), potencializadora de uma atitude “purista de língua” no território amazônico, tendo como instrumento para a produção dos arquivos da pesquisa as filigranas discursivas deixadas pela narrativa “*Motins Políticos ou história dos principais acontecimentos políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*”, obra de autoria de Domingos Antônio Raiol (1970), o Barão do Guajará.

Nesta direção, então, nosso movimento analítico se dedicará a explicitar e espelhar as estratégias discursivas de imposição de uma dada língua, para apresentar de forma mais verticalizada alguns desdobramentos do gerenciamento das línguas europeias, das línguas indígenas e das línguas africanas, que delinearão a história do português do Brasil e lhe conferiram um papel de centralidade.

Muito em função dos objetivos anunciados, voltamos também nossos interesses analíticos para uma abordagem sobre o que representou a institucionalização da língua portuguesa como uma das principais tecnologias de poder imposta pelo dispositivo colonial. Afinal, é necessário lembrar a existência de um discurso muito poderoso sobre a unidade nacional brasileira responsável pela falsa memória de que a partir de 1500 todos os brasileiros se converteram ao cristianismo e passaram a falar a língua portuguesa. Prática discursiva

efetivada por uma série de dispositivos, isto é, “[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos” (FOUCAULT, 2016a, p. 364).

O dispositivo colonial (NEVES, 2009; 2015; 2020), aqui fazemos “[...] referência ao sistema colonial, englobando o poder colonial das metrópoles europeias e a colonialidade, que representa sua atualização, com seus diferentes matizes” (*ibid.*, 2015, p. 15), associado ao poder pastoral e ao dispositivo escolar foram fundamentais para a desqualificação e hierarquização das redes linguísticas indígenas e de matrizes africanas faladas na Amazônia. Até porque, convém reforçar, que o termo “língua” é essencialmente ocidental e decorre da história cultural das sociedades europeias e das que se formaram à imagem delas. O nome *banto*, a nível de exemplo, representa plural de um termo que significa “pessoa”, ou seja, “[...] os nomes que têm sido atribuídos a essas centenas de línguas são, quase sempre, imposições terminológicas da parte de investigadores ocidentais (linguistas, antropólogos, missionários etc)” (MEILLET, 2020, p. 150).

O Dispositivo Colonial, com seus contornos permeáveis, está diretamente relacionado à colonização europeia, iniciada com as grandes navegações no final do século XV e mantido bem vivo na atualidade, com seus reposicionamentos e suas novas possibilidades históricas. Podemos pensá-lo como um programa empreendido, a princípio pelos europeus com seus interesses comerciais, militares e religiosos, mas que também foi assumido pelas elites locais dos países colonizados, tanto na América como em outros continentes. Nossa proposta é concebê-lo como uma arquitetura global que funciona por meio da articulação de vários outros dispositivos. Assim, conforme vislumbraremos em nossas análises, o governo dos corpos e da língua foi e continua sendo, historicamente, exercido pelo Dispositivo Colonial através da rede de outros dispositivos, como o bélico-militar, o pedagógico, o religioso, o jurídico, o escolar, o midiático etc (NEVES; GREGOLIN, 2021, p. 14).

Desta maneira, o fortalecimento das cidades com a criação de escolas monolíngues, administradas pelo Império brasileiro, se inscreve como mais um nó em uma extensa e potente rede de memória que determinou uma língua de prestígio também na Amazônia brasileira e, inclusive, definiu o cânone linguístico-literário da região, que se determinou pelo estado da arte produzido em língua portuguesa, desconsiderando os outros universos culturais do território.

Língua e literatura, então, faziam parte de uma ideologia de Estado carregada de estratégias múltiplas de controle da população. Dimensões nomeadamente definidoras da questão “[...] da formação do cânone, a forma como os valores nacionais e ocidentais vêm sendo entrelaçados para produzir os mapas linguísticos, as geografias históricas e as paisagens culturais do sistema mundial/colonial moderno, dentro dessa lógica interna (por exemplo, os

O “*purismo linguístico*” como um indicador de exclusão social na Amazônia cabana conflitos imperiais) bem como em suas fronteiras externas (por exemplo, conflitos com outras culturas; a diferença colonial)” (MIGNOLO, 2020, p. 297).

Estes acontecimentos, à luz dos estudos discursivos foucaultianos, envolveram instituições de controle e mecanismos suscetíveis de assegurar a sua regulação e aqui são lidos em dupla dimensão – o governo da população e o governo de si – biopolítica e biopoder, portanto, respectivamente. Domínios conceituais foucaultianos significativos para delinear algumas balizas de desenvolvimento do Estado moderno no Pará ou o que chamamos de formação do Estado governamentalizado, em que governar está para além da organicidade de um Estado, isto é, estamos diante de práticas variadas de governo, “[...] à medida que muita gente pode governar: o pai de família, o superior do convento, o pedagogo e o professor em relação à criança e ao discípulo” (FOUCAULT, 2016a, p. 411), consistindo em conduzir condutas e desenvolver “[...] uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes” (FOUCAULT, 2016a, p. 429). Mantendo, por conseguinte, a noção de seguridade mais ampla possível, inclusive, a seguridade linguística.

A Cabanagem, vale o registro, foi um acontecimento marcado pela forte participação da população local, composta em sua grande maioria por indígenas e negros, representante de uma tática de força maior contra a autoridade constituída pelo pacto orgânico instaurado no Brasil Império.

Os cabanos representaram a resistência a uma nova forma de colonização e entraram para a história oficial do Brasil como um governo “rebelde”, de “autoridade marginal”. Em janeiro de 1835 na Regência Uma de Diogo Feijó, sob o comando de Antônio Vinagre, assumiram o controle da Província do Grão-Pará com o objetivo de derrubar as táticas de um governo de exceção e inaugurar uma outra forma de gestão no territórioⁱⁱ. Quando o quartel e o palácio do governo de Belém foram conquistados pelos rebeldes, o então presidente da Província Lobo de Souza foi assassinado e substituído por José Clemente Malcher. Entretanto, em razão de muitas divergências internas cabanas, Malcher foi rapidamente deposto, sendo sucedido na presidência por Francisco Vinagre, e finalmente, “[...] por Eduardo Angelim que comandou os revolucionários cabanos durante alguns meses, até a repressão maior comandada pelo Marechal Francisco José Soares Andréa, enviado pelo governo central para destruir o movimento, deixando mais de 30 mil mortos” (FIGUEIREDO, 2016, p. 177).

Ao visibilizarmos esse palco para uma reflexão sobre as línguas (e, naturalmente, suas implicações para uma dada gestão da língua portuguesa na Amazônia brasileira do início do século XX), potencializamos um conjunto heterogêneo de contribuições teóricas e investigativas que cobrem tanto as revisões (re)conceitualizadoras, como tentativas de expandir determinadas operacionalizações teóricas. Ponto chave para a partir dos estudos

discursivos foucaultianos, portanto, fazemos aqui um novo investimento de pesquisa para trazer das sombras alguns saberes soterrados pela história oficial, realocando-os em outras memórias e, em um mesmo gesto, elaborar uma outra versão sobre a história das línguas na Pan-Amazônia.

A arqueogenealogia: especificidade teórico-metodológica

O estabelecimento de uma articulação renovada entre os estudos discursivos foucaultianos, a história oficial do Estado brasileiro, as dimensões de 'preconceito linguístico' (BAGNO, 2009) e o que chamamos de 'governo da língua na Cabanagem' (LAVAREDA, 2021), deve ser pensado, prioritariamente, na valorização das singularidades inerentes a cada campo do saber e, por conseguinte, arquitetado na busca pela dimensão exata do que cada pesquisador almeja discutir ao chegar nas regras de formação dos objetos a serem investigados. Principalmente quando envolve a postura arqueogenealógica, porque o próprio Foucault é enfático ao dizer que não dispõe de um método que se aplicaria, igualmente, a domínios diferentes.

E um dos caminhos possíveis encontrados para colocar toda esta mobilização conceitual em prática, neste texto, é o pensamento de Foucault e sua filosofia da diferença.

[...] Em linhas gerais, seus textos contêm reflexões acerca do ofício do historiador e a sua relação com o documento. Ele também desenvolveu pesquisas marcadas por uma singular fusão entre História e Filosofia, uma história conceitual que enfatizava tanto a mudança no tempo e a diacronia, elementos indispensáveis ao historiador, quanto ao que Deleuze definia como a função da Filosofia: criar conceitos (PEREIRA, 2016, p. 24).

Em *As palavras e as coisas*, publicado em 1966, por exemplo, mesmo não se referindo aos "historiadores de ofício" e pouco falando do campo da historiografia, o experimentador francês deixou claro que apresentaria um novo sistema analítico que, à época da publicação, ainda não tinha a nomenclatura própria e que foi designada posteriormente de 'arqueologia'. Ou seja, apesar da obra efetivar um lugar plural de reflexão, pois há relações entre ciência, religião, arte, filosofia, política etc, a tese maior presente no livro pretende metodologicamente dar conta da constituição histórica dos saberes sobre o homem na modernidade, procurando distingui-los dos saberes clássicos. Logo, trata-se da transformação na ordem geral de três campos do saber das ciências do homem - saber sobre a vida (Biologia), saber sobre a linguagem (Linguística) e o saber sobre a economia (História Econômica), que no final século XIX atingiram o estatuto "científico" com Darwin, Saussure e Marx.

Transformação esta, diga-se de passagem, que possibilitou uma emergência diferenciada de conhecimento e inaugurou uma série de elementos para se estruturar um dado

O “purismo linguístico” como um indicador de exclusão social na Amazônia cabana

percurso da linguagem, alterando igualmente todo um sistema de positivities nas Ciências Humanas entre os séculos XVIII e XIX.

[...] O que se quer trazer à luz é o campo epistemológico, a *epistémê* onde os conhecimentos, encarados fora de qualquer critério referente a seu valor racional ou suas formas objetivas enraízam sua positividade e manifestam assim uma história que não é a de sua perfeição, mas, antes, a de suas condições de possibilidade; neste relato, o que deve aparecer são, no espaço do saber, as configurações que deram lugar às formas diversas de conhecimento empírico. Mais que de uma história no sentido tradicional da palavra, trata-se de uma “arqueologia” (FOUCAULT, 2016b, p. XIX).

Esta forma específica de análise intitulada *arqueologia*, que de certa maneira atravessa este artigo, representa como o pesquisador pode proceder em seu fazer analítico com profundidade, dividindo o tempo em estratos e os analisando sincronicamente em direção aos pontos de transformação, de ruptura, de deslocamentos dentro dos sistemas de pensamento.

[...] A riqueza do método arqueológico é ser um instrumento capaz de refletir sobre as ciências do homem como saberes, neutralizando a questão de sua cientificidade e escapando do desafio impossível de realizar, nesses casos, uma recorrência histórica, como deveria fazer uma análise epistemológica. O que não significa, como veremos, abandonar a exigência de uma análise conceitual capaz de estabelecer descontinuidades, certamente não epistemológicas, mas arqueológicas, isto é, situada no nível dos saberes (MACHADO, 2007, p. 11).

Partindo da premissa de que uma temporalidade única não acomodaria elementos justapostos e independentes, de acordo com Pedro Navarro (2020, p. 15), “[...] os objetos de discurso sob investigação pelo mirante da *arqueogenealogia* impõem a realização de um trabalho que nos conduz a determinar que formas de relação podem ser descritas, por exemplo, entre a economia, as instituições, as religiões, as ciências e as literaturas, e se existe um sistema vertical entre essas séries”. Daí uma atenção especial para o critério da descontinuidade, tão pujante nas análises desenvolvidas por Foucault.

Cuidado que estabelece para o nosso estudo também um movimento genealógico à pesquisa, isto é, uma atitude de insurreição dos saberes dominados contra a hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos intrínsecos de poder.

[...] É isso que eu chamaria de *genealogia*, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história (FOUCAULT, 2016a, p. 43).

Em outras palavras, de acordo Foucault (2010d), a arqueologia seria o método próprio de análise das discursividades locais, designando o tema geral de uma descrição que interroga o já dito no nível de sua existência, e a genealogia, a tática que faz intervir, a partir dessas discursividades.

Ao elencarmos os objetivos para esta investigação, então, tomamos o fazer genealógico como um modo de desestabilização de alguns saberes formados pelas ciências do homem, a fim de pensar outros construtos teóricos e outras ferramentas analíticas para dar conta do que entendemos por língua portuguesa na contemporaneidade e de como podemos conduzir uma *arqueogenealogia* a partir dos contatos linguísticos presentes na obra de Antônio Raiol (1970) enquanto artefatos de um estudo discursivo. Assim ...

[...] a *Arqueogenealogia*, é, conseqüentemente, referencial teórico, atitude analítica e método ao mesmo tempo. E os saberes dominados são blocos de saber histórico que estavam presentes e mascarados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos e que a crítica pode fazer reaparecer, evidentemente através do instrumento da erudição (NEVES-CORRÊA, 2018, p. 39).

Portanto, nossa postura *arqueogenealógica* está intimamente relacionada com as propriedades intrínsecas dos saberes produzidos por diversas histórias sobre a colonização linguística na América Latina. Assim, a tentativa de originalidade em abordagens discursivas as quais exigem a especificidade de uma sensibilidade interpretativa capaz de descortinar e compreender que as movências históricas são descontínuas, o progresso de uma ciência se realiza por meio de rupturas sucessivas, por negação, por “liquidação do passado”, e que o conceito de língua necessita ser revisitado de forma interdisciplinar, sobretudo, pelo viés do discurso, são características marcantes deste modo de se fazer pesquisa. Sem desprezar as transformações históricas como grandes responsáveis pela nossa atual constituição como sujeitos objetiváveis por ciências, normalizáveis por disciplinas. Logo, ...

[...] chamaremos de “discurso” um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ela não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (a explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo; é, de parte a parte, histórico – fragmento de história, unidade de descontinuidade na própria história, que suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às complicitades do tempo (FOUCAULT, 2010a, p. 132-133).

Os enunciados colocados em circulação a partir da obra *Motins políticos...* (1970), então, estão além das possibilidades internas da língua, são ideologicamente marcados e só foram possíveis a partir das emergências históricas de um determinado momento. Neste sentido, o que torna um ato de fala em enunciado é justamente a função enunciativa, ou seja, “[...] o fato de ele ser produzido por um sujeito, em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam que ele seja enunciado” (GREGOLIN, 2012, p. 42).

O “purismo linguístico” como um indicador de exclusão social na Amazônia cabana

Posto desta forma, para Michel Foucault o discurso não pode ser considerado apenas o contato, ou mesmo o confronto, entre uma realidade e uma língua, nem se limita a estabelecer uma conexão entre um léxico e uma experiência.

[...] Gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias das práticas discursivas. Essas regras definem não a existência muda de uma realidade, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime dos objetos [...] Práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam (FOUCAULT, 2010a, p. 54-55).

O que pretendemos, portanto, a partir da *arqueogenealogia* anunciada, é continuar o movimento de devolver à discursividade sua espessura histórica, evidenciando a perspectiva de governo da língua constituinte no tecido da memória, “[...] uma vez que os lugares de memória dos discursos são eles mesmos” (NAVARRO, 2020, p. 14). E isso só é possível se descrevermos a maneira como se entrecruzam historicamente regimes de práticas e séries de enunciados, rearticulando o linguístico, o discursivo e o histórico, na direção apontada por Michel Foucault. Falamos aqui, por conseguinte, da precisão constante de deslocarmos “[...] os discursos escritos-legítimos-oficiais para o registro dos diálogos, réplicas, narrativas, histórias, provérbios, aforismos etc” (GREGOLIN, 2012, p. 46).

Perspectivas que lançam outros olhares para além da análise puramente linguística e, fundamentalmente, nos possibilitam uma imersão mais aplicada no governo das línguas à época da Cabanagem.

O governo da língua: operacionalização conceitual

Para dar conta da complexidade dos debates e dos acontecimentos discursivos que envolvem os contatos linguísticos e as tensões discursivas que pontuaremos a partir do tópico a seguir, é fundamental uma revisitação mais categórica na dimensão de governo da língua. E para que isso se efetive, não descartaremos o princípio interdisciplinar constitutivo do arcabouço teórico-metodológico mobilizado até aqui. Afinal, esta peculiaridade foi responsável por mergulhar o Pará do início do século XIX em uma espacialização linguística heterogênea, fragmentada, fraturada pelas dinâmicas conflituosas do período da colonização linguística, em que os agenciamentos produzidos por um dado gerenciamento da população, começou a instituir teias normativas no cotidiano da região, onde uma rede difusa de mecanismos a que nada ou ninguém escapava funcionava de maneira estratégica.

Essas práticas desenharam em nosso território um governo da língua desde o início da invasão portuguesa até os nossos dias. Falamos de um sistema de restrição linguística, dependente do poder instituído e da conjunção e correlação de forças sociais no curso da história, funcionar também como um elemento primordial para a dominação, “processos de

conquista” e, posteriormente, atuar como um dispositivo de controle dentro de uma sociedade. Fazemos referência à língua do colonizador, em especial, a língua portuguesa.

As grandes navegações funcionaram como um grande empreendimento colonial, quando se intensificou o contato entre os povos no mundo em função da busca europeia por novos mercados, novas transações mercantis, outros interesses políticos de Portugal, Espanha, Inglaterra etc. As línguas europeias e suas cosmologias (sentimentos, religiosidades, formas de se perceber no mundo) representaram um dos mais potentes instrumentos de dominação e de vigilância em novos territórios. Neste sentido, o governo da língua se organiza a partir de relações de poder e de saber historicamente construídas no jogo dos acontecimentos, e deixa ver como as manifestações linguísticas são também invenções culturais, emergências históricas, atravessadas pela colonialidade do poder.

Logo, é uma forma de gerir a vida da população que se organizará sobre dois grandes polos, se tomarmos como base as reflexões de Michel Foucault (2016a): as disciplinas anátomo-políticas do corpo humano, que potencializam e aperfeiçoam as capacidades do corpo-máquina; e a biopolítica, que visa ao controle e à regulação da população no que diz respeito à saúde, higiene, alimentação, natalidade, língua etc. Ela se exercerá por meio de táticas, técnicas e mecanismos de segurança cujas funções são ordenar, classificar, nomear e excluir, por meio de normalizações que estão muito além das dimensões jurídicas. Como resultado desta movimentação, criam-se políticas de verdade sobre o corpo, a população e a vida.

[...] O governo da língua, por excelência, também materializa um sistema de relações diversas de dominação, transformação dos sujeitos tomando como centralidade a disciplina linguística e o biopoder (“governo de si”). No Brasil, o governo da língua começou a se instituir nos corpos indígenas, negros, mestiços, cafuzos. São os corpos dos sujeitos envolvidos nas disputas pelo poder e seus papéis performativos de linguagem que serão decisivos na construção e na solidificação de uma língua espalhada nas camadas populacionais (inter)nacionais (LAVAREDA, 2021, p. 56).

O sentido de “pureza linguística”, portanto, foi reoperacionalizado pelo “colonizador”, para sedimentar desigualdades sociais de classe, gênero, raça. Assim, se tornou extremamente necessário controlar os corpos e de maneiras cada vez mais eficientes e diversas, pois com as cidades sendo arquitetadas na Amazônia, o povo (o território) se transformava em população.

Há que se considerar, como igualmente digno de importância, de acordo com Charlott Leviski (2018, p. 313), “[...] que a relação entre língua e nacionalismo se configura em tópico central para os territórios em desenvolvimento, sobretudo, as espacializações inseridas em emergências coloniais”. Visto que se objetivavam discursos de integração nacional para o domínio de um dado contingente populacional.

O “purismo linguístico” como um indicador de exclusão social na Amazônia cabana

Os poderes e os saberes vindos da Metrópole, por conseguinte, passaram a ser exercidos através do controle sobre os nascimentos, mortalidades, saúde, maneiras de falar e condições de vida. A partir deste novo cenário, uma única manifestação linguística passa a ser entendida como recurso comunicativo oficial, para efetivar uma também inventada identidade nacional pelo viés da linguagem. Daí Walter Mignolo (2020, p. 291) afirmar que “[...] uma das armas mais poderosas para a construção de comunidades homogêneas foi a crença em uma língua nacional, ligada a uma literatura nacional, que contribuísse, no domínio da língua, para uma cultura nacional”. Destarte, ao pensarmos em governo da língua, defende-se que a hierarquização das línguas, enquanto prática discursiva, funcionou como alvo de uma razão de Estado e de uma tática de disciplinarização linguística no território amazônico.

[...] O interesse pelas línguas dos povos considerados nativos viabilizou e legitimou o uso de técnicas linguísticas coloniais que deixaram seus efeitos em práticas pós-coloniais [...] Isso significa que gramáticas, dicionários, listas de palavras e uma série de instrumentos linguísticos foram produzidos com a finalidade de domínio e gerenciamento dos povos falantes dessas línguas (SEVERO, 2014, p. 12).

Os debates propostos para esta empreitada de pesquisa, portanto, inclinam-se, como já dito anteriormente, para a (re)operacionalização, sempre que possível, do conceito de língua para os estudos linguísticos contemporâneos, questionando o “ideal de língua pura” desde a colonização até modernidade recente. Posicionamento que pode possibilitar entendermos de outra maneira o imperialismo linguístico edificado no Pará ao longo dos séculos, em suas mais diferentes modalidades escritas e faladas, prestigiadas ou estigmatizadas, rurais ou urbanas, nas quais se realizou um determinado enunciado e quais condições lhe atribuem uma existência específica.

Análise dos dados: o normativo como normalização

*A vida não me chegava pelos jornais nem pelos livros
Vinha da boca do povo na língua errada do povo
Língua certa do povo
Porque ele é que fala gostoso o português do Brasil
Ao passo que nós
O que fazemos
É macaquear
A sintaxe lusíada
Manuel Bandeira, “Evocação do Recife”.*

Com o intuito de elucidar mais ainda o cenário de análise dentro das movências históricas da Província cabana, no que diz respeito à discriminação com base no modo de falar dos cabanos ser encarada com muita “naturalidade pela sociedade elitizada” da época, trazemos para reflexão alguns trechos da principal descrição histórica do movimento revolucionário para agitarmos as zonas de reflexão do artigo, a saber: a obra “*Motins Políticos*

ou história dos principais acontecimentos políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835”, em especial, um **ofício escrito pelo próprio punho de um dos mais considerados líderes cabanos**. Documento encontrado, vale lembrar, na obra de autoria de Domingos Antônio Raiol, o Barão do Guajará, que, em toda narrativa, enfatiza uma característica dos cabanos, segundo ele ligados à barbárie, a falta de educação e à violência: são analfabetos.

[...] tudo era burlesco! Em certos lugares havia até embaixadores e ajudantes de embaixador! Denominavam assim os encarregados de avisar e aliciar gente pelos sítios e povoados. Eram quase todos analfabetos! Mal sabiam falar e escrever os que se presumiam mais instruídos [...] Para se avaliar a capacidade dos oficiais rebeldes, **transcrevo textualmente o seguinte ofício escrito pelo próprio punho de um dos mais considerados líderes cabanos:**

“Ex.mo Sr. Presidente ~ Axome çem monisão que muntas **vezis** tenho pedido. **Çe** uver cunfelito aqi não **çei** o qe soçederá. Çe não á qartuxami pruntu mandi polvra i xumbo qe aqi çe inbalará. Açim dispurvado como estú não poço responder pelos soçecos qe agão e estarei em pouçibilitado de exeqtar qualquer prugetu. Com esseção de farinha não á mas vivres neste pontu. Vai este purtador **buscá** carni ó peche. Mande o qe uver com brevidade. Halguns camaradas já çairão dai pur farta de cumer ~” [grifo nosso] (RAIOL, 1970, p. 929).

No **ofício**, considerado por Raiol (1970) como a materialização do analfabetismo, da “truculência”, do “grotesco”, é possível estabelecermos por parte do *líder cabano* um domínio até bem produtivo e normal (mas não normativo para o movimento colonial “elitista e purista da língua”), de alguns parâmetros que atravessam as propriedades sociocomunicativas propostas por um sujeito que tem um conhecimento prévio da língua - a modalidade oral -, o que lhe permite, inclusive, interagir com seus pares nas diferentes situações de comunicação muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas peculiaridades linguísticas e estruturais.

[...] A qualificação de *purista* é atribuída àquela pessoa que defende a “pureza” da língua contra todas as formas inovadoras, que são sempre consideradas como sinais de “decadência”, “corrupção”, e “ruína”, não só da língua como também, muitas vezes, dos valores morais da sociedade. De fato, é interessante observar como, no discurso dos *puristas*, existe sempre uma relação estreita entre a tentativa de preservar a língua e preservar a “moral” da sociedade (BAGNO, 2009, p. 31).

Com efeito, a maioria dos considerados desvios (“erros de português”) pelo Barão do Guajará, dizem respeito à institucionalização de regras ortográficas (x por ch; s por ç; ss por ç; h por u etc) que, fundamentalmente, tem ligação histórica com a invenção de um patrimônio cultural letrado o qual ainda nem estava tão consolidado nas sociedades amazônicas da época, porém já efetivava para o dispositivo colonial o comportamento linguístico como um claro indicador de estratificação social. Deste modo, “[...] o uso da língua, como instrumento de dominação, a constrói como objeto de desejo, já que a ‘educação’ e a literariedade nas colônias baseiam-se no modelo e na história dos grandes impérios” (MIGNOLO, 2020, p. 338).

O “purismo linguístico” como um indicador de exclusão social na Amazônia cabana

Não por acaso, que a ideologia purista da língua, tem sua origem na França do final do século XVII. Apogeu do regime aristocrático, absolutista, de uma concepção de mundo elitista e excludente, que só dava valor ao que vinha do “topo do topo”, “da nata da nata” da sociedade.

A par do exposto até aqui, mas agora mergulhando mais em uma dimensão da produção oral típica das redes de sensibilidades cabanas, o próprio vocábulo “vezis” (**primeira linha do ofício**), por exemplo, considerando a dimensão de consoantes pós-vocálicas e o contraste dos segmentos [s] e [ʃ] em posição final de sílaba, dependendo da região em que a palavra for pronunciada, desaparece sem causar prejuízo de significado. Igualmente se analisássemos estes segmentos em [ˈpas] e [ˈpaʃ], isto é, o arquifonema /S/ - /paS/ (transcrição fonêmica) - poderia manifestar-se foneticamente como [s, ʃ] em posição final de sílaba, “[...] expressando a perda de contraste fonêmico, ou seja, a neutralização – de um ou mais fonemas em um contexto específico de uso” (CRISTÓFARO, 2009, p. 158).

Outro ponto importante o qual exhibe o potencial emancipatório do escrevente do **ofício**, quanto ao uso da língua portuguesa para o gênero escolhido, é a marcação da ditongação em “çei” para apontar a diferença de significação da partícula “Çe” (**na segunda linha do ofício**). Além disso a palavra “buscá” (**na quinta linha**) revela a influência das manifestações linguísticas africanas na língua portuguesa, tão relegada a segundo plano na maioria das salas de aula do nosso país. Aliás é bem comum, no português brasileiro falado, com base em Roberts & Kato (2018), a tendência do falante em omitir as consoantes finais das palavras ou transformá-las em vogais, *falá, *dizê, *Brasiu. Uso que coincide com a estruturação silábica das palavras em *banto* e em *iorubá*, que comumente não terminam em consoante.

Evidências que nos convidam igualmente a pensar como o *bilinguajamento* (MIGNOLO, 2020), como estilo de vida na busca de superar o medo e a vergonha daqueles que talvez não dominem por completo “a língua principal” – já que a língua geral amazônica tinha o *status* de língua franca no Grão-Pará cabano (LAVAREDA; NEVES, 2018), se faz presente nas fraturas de um suposto sistema linguístico hegemônico (nacional ou imperial) na Amazônia brasileira do início do século XIX.

[...] Além do mais, a razão pela qual prefiro *bilinguajamento* e o bilinguismo ao bilinguismo é que estou tentando tratar de algo que está além do som, da sintaxe e do léxico, e além da necessidade de ter duas línguas [...] Ora, já que o linguajamento interage dentro da língua e a língua é o que permite descrever e conceber o linguajamento, então *bilinguajamento* seria precisamente um estilo de vida entre línguas, um processo dialógico, ético, estético e político de transformação social (MIGNOLO, 2020, p. 350).

O escrevente cabano, portanto, para as condições de inserção linguística da época, demonstra uma base alfabética até razoável da escrita e se equivoca em vários momentos na ortografia, no entanto esta depende de escolarização mais longa, do amadurecimento dos parâmetros da língua selecionada ao longo das séries formais de ensino, a partir de diferentes tipos e gêneros textuais. Assim, o olhar purista e normativo/prescritivo de Raiol (1970), em muitas situações até mesmo atualizado no século XXI, evidencia que a forma pejorativa de olhar a dinâmica de variedade linguística no Brasil sempre esteve ligada à estratificação social. Característica também presente no Grão-Pará de 1835-1840, sobretudo se mobilizarmos a secular má distribuição de bens materiais e o consequente acesso restrito da população cabana pobre aos bens da cultura dita dominante.

[...] Ao tempo do Brasil-Colônia, valorizava-se a língua do elemento branco, da classe senhorial. A partir de 1808, acentuou-se essa tendência, pois a corte portuguesa que se radicou no Rio de Janeiro, fugindo do ímpeto conquistador de Napoleão, impôs os seus padrões e os seus juízos de valores [...] A medida do prestígio e, conseqüentemente, da “correção” linguística das variedades do português do Brasil sempre foi aferida em função de sua maior ou menor semelhança com a norma-padrão lisboeta consagrada pelos escritores portugueses (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 36).

A mesma ideologia elitista sustentou, com um maior ou menor grau de intolerância, o absoluto desprezo do dispositivo colonial com as narrativas nacionais e com os modos de viver das sociedades tradicionais que aqui viviam, isto é, ...

[...] a noção de texto ficou cada vez mais limitada à literariedade alfabética e ao livro, e certos livros contendo narrativas nacionais tornaram-se ícones nacionais. Todas as outras formas de escrita foram automaticamente relegadas ao reino do folclore, à dimensão subalterna do conceito de cultura do Estado-nação (MIGNOLO, 2020, p. 345).

A exemplo disso, para uma melhor didatização das relações citadas, destacamos um trecho (*reproduzido em sua forma original*) da obra *O Selvagem*, de Couto de Magalhães (1975[1876]) – considerado um “defensor” das línguas indígenas -, para confirmar o olhar frequentemente preconceituoso sobre as sociedades amazônicas de tradição oral, historicamente construído ao longo do tempo por uma literatura de prestígio colonial e pela imposição de uma determinada hierarquização linguística.

[...] Para que os selvagens, que não sabem ler, que não possuem capitães acumulados, aprendam português, é necessário que nós, que sabemos ler, os habilitemos a isso por meio de interpretes os quaes, conhecendo a língua deles, lhes possam ensinar a nossa.

Na memória, que publico em seguida, vão desenvolvidos esses pontos. Eu chamo no entretanto vossa atenção para a importância do problema da domesticação dos selvagens, resumindo o que ali digo no seguinte: o território do nosso imenso Brasil é de 129 mil léguas quadradas. Quasi duas terças partes d’ esse território, não podem ser pacificamente povoadas por família christãs, porque estão expostas às correrias sanguinolentas dos selvagens (MAGALHÃES, 1975 [1876], p. 161).

O “purismo linguístico” como um indicador de exclusão social na Amazônia cabana

O **ofício** cabano, então, indiretamente, critica e questiona a colonialidade do poder quanto à manutenção de seus discursos de verdade com relação aos usos da língua portuguesa.

[...] Em resposta à governamentalidade, a crítica pode ser entendida como “arte de navegar relações de poder”. Como uma dessas técnicas e práticas que desafiam e afrouxam a ligação entre verdade e poder, a crítica caracteriza – e, por sua vez, - promove modos de subjetividade que similarmente desafiam. Ela mantém um caráter criticamente emancipatório (auto)reflexivo e, portanto, possui potencial emancipatório (TAYLOR, 2018, p. 228).

O processo de produção das subjetividades cabanas, desse modo, precisa ser visibilizado a partir de uma dinâmica também de constrangimento, sobretudo, pela forma como os cabanos foram rotulados na Literatura “oficial” sobre o movimento revolucionário.

Desta maneira, os indivíduos se constituem como sujeitos (somos capacitados) por meio de várias ‘práticas de si’, as quais incluem atividades performáticas de escrita, o exercício e a tentativa de dizer a verdade etc. Mas também somos constituídos (somos constrangidos) na medida em que a maneira como realizamos essas práticas é moldada por instituições como escolas, aparelhos de segurança do estado, bem como pelas normas linguísticas e valores mais gerais prevalentes das atualizações do dispositivo colonial até a história do presente.

Os revolucionários não estavam totalmente fadados a repetir acriticamente as normas, as disciplinas, as estratégias, as táticas de controle do discurso e os valores prevalentes das sociedades europeias. Questões também geradoras de impactos importantes nas zonas de contato linguístico e no “embrião” de um movimento linguístico brasileiro realizado ao longo do tempo. Dito de outra maneira ...

[...] não há instituições e normas emancipadoras que nos capacitem, por um lado, e instituições e normas opressivas ou normalizadoras que nos constriam, por outro; em vez disso somos simultaneamente capacitados e constrangidos pelas mesmas instituições e normas. Portanto, nos encontramos confrontados pela tarefa de descobrir quando e como somos capacitados e quando e como somos constrangidos, de determinar maneiras pelas quais as práticas existentes têm o potencial de afrouxar constrições e, portanto, de resistir à normalização, e empregar essas práticas não apenas para esse propósito, mas também a fim de desenvolver práticas novas diferentes (TAYLOR, 2018, p. 221).

Os movimentos de escrever o território para inscrever-se nele, têm, no Brasil, reflexos bem expressivos se observarmos as movências históricas da nossa produção literária. Pode nos ajudar nisso o projeto dos modernistas de redescobrir os brasis do Brasil, o qual deslocou o eixo de atenção de Rio/São Paulo para se fazer olhar todas as regiões. Assim, “[...] a Amazônia é enfatizada na 1ª geração; o Nordeste, na 2ª geração; o Sertão baiano-mineiro, na 3ª geração. O índio, o mulato e o negro ganham mais visibilidade, antes negada, com cores múltiplas e realistas do cenário cultural brasileiro” (NUNES; FARES, 2007, p. 116). Temos exemplos bem significativos do que estamos discutindo nesta unidade: o poema *Pronominais* a

seguir, de Oswald de Andrade, e a própria epígrafe assinalada por Manuel Bandeira anunciando o tópico em questão.

*Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Na Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro*

Prática discursiva que consiste na tentativa de reversão de um quadro ideológico comum que costura a comparação entre os critérios culturais postos em confronto e, ao mesmo tempo, fratura os aspectos puristas lusitanos, rompendo com uma herança colonialista e renovando muitas questões postas até então sobre as identidades brasileiras. Assim sendo, ...

[...] tanto Bandeira quanto Oswald, à guisa do Modernismo, fazem cair uma das nossas bastilhas: o poder das elites nacionais através da supervalorização da norma gramatical. A dessacralização literária toma corpo *in littera*. E essa dessacralização, ao que parece, exclui o branco, como que negando a contribuição desta etnia para a formação do Brasil. Entretanto, é necessário lembrar Roberto Schwarz: “ninguém pode ser feliz por subtração”. Assim, não há como negar a fatia portuguesa da cultura brasileira, como também não se deve calar a voz do índio e do negro, por tanto sufocadas de nossa História (NUNES, FARES, 2007, p. 117).

Ainda no que diz respeito a todas estas reflexões sobre as manifestações de linguagem, purismo linguístico, bilinguajamento, dessacralização literária, no intercâmbio dos eventos de discurso e de modos de pensamento para além da “concepção instrumental de língua”, não podemos esquecer, que, neste artigo, entendemos a dimensão de língua como prática discursiva, ou seja, na “[...] direção de uma função enunciativa determinada, em uma dada época e para alguma área social por condições específicas de possibilidades de dizer (e de fazer), determinadas por relações de saber e de poder, isto é, como uma prática discursiva” (LAVAREDA, 2021, p. 52). Até porque a língua não é um conceito claro e delimitado, sobretudo para a ciência linguística.

As consequências, portanto, dessa (re)organização linguística para a produção, transformação ou difusão de saberes impactam no gerenciamento do governo da língua portuguesa no cenário cabano, pois ao longo do tempo as diferentes cosmologias (brasileira, europeia, africana) tornaram-se quase que complementares em nossas inserções locais no sistema global. De modo que o bilinguajamento, especificamente na América Latina, foi o lugar móvel no qual se engendrou, mesmo que inconscientemente em alguns episódios, uma das possíveis descolonizações do conhecimento linguístico, dos nossos modos de agir e incitou

O “*purismo linguístico*” como um indicador de exclusão social na Amazônia cabana
ressignificações no cenário das línguas e nas dinâmicas de intercâmbios culturais no Brasil ao longo dos séculos.

Considerações finais

Todas estas representações e modos de agir são um arsenal discursivo poderoso para pensarmos a produção colonial e colonialista sobre as experiências travadas e vividas na Pan-Amazônia a partir da perspectiva dos agentes coloniais. Principalmente se fizermos a conexão com a racionalização dos Estados europeus seguindo o embalo da expansão marítima, da consolidação do mercantilismo, do aparecimento dos Estados territoriais, administrativos e coloniais (superando o feudalismo), e do surgimento dos movimentos de Reforma e Contrarreforma que colocavam em questão uma dada forma de condução dos indivíduos.

Michel Foucault (2010d, p. 238), no entanto, nos alerta que “[...] onde há poder, há sempre, resistência, sendo um coextensivo ao outro”. Logo, poder e resistência se enfrentam nesta grande batalha colonial com táticas mutáveis, móveis, múltiplas, em um campo de relações de força cuja lógica é menos regulamentada do que comumente pensamos.

Posto desta forma, evidencia-se que a visão de governo da língua não se restringe ao conceito de que o planejamento linguístico é uma tentativa somente de alguém modificar o “comportamento de fala ou de escrita” de algum território, mas de examinar uma vontade de saber sobre um gerenciamento linguístico, no interior de uma dada racionalidade de Estado, como uma tática de governo, buscando entender se os efeitos que ocorrem nos discursos oficiais, ou nos “detentores” do poder, ou nas decisões oficiais (dos “dominadores”), são os mesmos efeitos de dinâmica de poder que compõem os “dominados” e os seus processos de oposição. Peculiaridades que tomam as múltiplas formas de governo como algo a ser pensado, analisado, desejado, calculado e compreendido.

Considera-se, portanto, através deste percurso do olhar, que a vontade de saber sobre as línguas no contexto colonial fundamentou, em um só gesto do dispositivo colonial, a segregação social, o fortalecimento do preconceito linguístico (tendo a lusofonia como dispositivo) e uma imposição política mais acentuada da língua portuguesa.

O policiamento linguístico e o governo da língua representam, deste modo, tecnologias de poder bastante potentes para se efetivar a colonização e o domínio pleno do território. Em que há um objeto específico construído pela gestão política global da vida dos indivíduos (biopolítica). Esta biopolítica (aqui fazendo alusão a uma nova forma de governar) implica, no entanto, não só uma gestão da população, mas também um controle das estratégias que os indivíduos, em sua liberdade, podem ter em relação a si mesmos e uns em relação aos outros. Jean-François Bert (2013, p. 12), ao discutir sobre algumas ideias-chave nos escritos de Foucault, “[...] lembra que a partir do século XVIII este termo designa a maneira

com que o poder governa o conjunto dos viventes a partir das questões de saúde, de higiene, de alimentação, de sexualidade, que se tornaram novos desafios políticos”. Por isso a noção de biopolítica é indissociável da noção de sistemas de vigilância para a gestão da vida.

Com efeito, estas operacionalizações conceituais sugerem um caminho interpretativo importante para a constituição da língua impregnada de um conjunto de instituições de controle que pode ser lido em dupla dimensão – o governo da população e o governo de si. Domínios foucaultianos importantíssimos para as análises realizadas neste texto, isto é, os agenciamentos produzidos pela biopolítica começaram a instituir teias normativas no cotidiano da região, onde o gerenciamento linguístico representou uma tecnologia de poder fundamental para se concretizar a colonização linguística e a glotofagia no território amazônicoⁱⁱⁱ.

Por essa biopolítica entende-se a maneira pela qual a partir do século XVIII, se buscou racionalizar os problemas colocados à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes enquanto população: saúde, segurança, higiene, natalidade etc, entre os quais a língua, enquanto prática discursiva, também faz parte.

As dimensões de controle linguístico como estratégia para a gestão da população, ao longo da colonização, portanto, atravessavam tanto o corpo individual como o corpo social a partir de ecos da experiência colonial, ou seja, a população foi paulatinamente incorporando várias regulações, inclusive, aquelas voltadas às normalizações de um modo de viver e de agir linguisticamente europeus.

Referências

- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico** – o que é, como de faz. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- BAGNO, Marcos. **Não é errado falar assim** – em defesa do português brasileiro. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BERT, Jean-François. **Pensar com Michel Foucault**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora?** Sociolinguística & educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Medo, honra e marginalidade: imagens de Jacob Patacho na história e literatura do século XIX. In: **Topoi** (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 17, n. 32, jan./jun. 2016. pp. 176-195.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.
- FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito** – curso dado no Collège de France (1981-1982). São Paulo: Editora Wmf Martins fontes, 2010b.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2010c.

O “purismo linguístico” como um indicador de exclusão social na Amazônia cabana

- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade** - curso dado no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Editora Wmf Martins Fontes, 2010d.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016a.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas** – uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Editora Martins fontes, 2016b.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. Bakhtin, Foucault, Pêcheux. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: contexto, 2012. pp. 33-52
- GREGOLIN, Maria do Rosário. Michel Foucault: uma teoria crítica que entrelaça o discurso, a verdade e a subjetividade. In: FERREIRA, Ruberval; RAJAGOPALAN, Kanavillil (Orgs.). **Um mapa da crítica nos estudos da linguagem e do discurso**. Campinas, São Paulo: Pontes Editores/Unicamp, 2016. pp. 115- 142
- LAGARES, Xóan Carlos. **Qual política linguística?** São Paulo: Parábola Editorial, 2018.
- LAVAREDA, Welton. **O governo da língua na Cabanagem: (des)encontros coloniais na Amazônia**. 2021. Tese (Doutorado em Letras/Estudos Linguísticos) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.
- LAVAREDA, Welton; NENES, Ivânia. Políticas linguísticas na Cabanagem: diálogos e duelos com o nheengatu. In: **Revista Intersecções** – Estudos sobre práticas discursivas e textuais (Online), Edição 25, ano 11, 2018. pp. 66-85
- LEVISKI, Charlott Eloize. O governo da língua: implicações do conceito de gestão na política linguística. In: **Revista da ABRALIN**, v. 17, n. 2, 2018. pp. 294 -331.
- MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- MAGALHÃES, Couto de. **O selvagem**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.
- MEILLET, Antoine. **A evolução das formas gramaticais**. São Paulo: Parábola, 2020.
- MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais** – colonialidade, saberes subalternos e pensamento limiar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.
- NAVARRO, Pedro. Estudos discursivos foucaultianos: questões de método para análise de discursos. In: **Revista Moara** – estudos linguísticos. Edição 57, Vol. 1/ Ago-Dez, 2020. pp. 08-33.
- NEVES, Ivânia. **A Invenção do índio e as narrativas orais tupí**. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2009.
- NEVES, Ivânia. EtniCidades: os 400 anos de Belém e a presença indígena. In: **Revista Moara**. Edição 43, Jan-Jul, 2015. pp. 26-44.
- NEVES, Ivânia. Fraturas contemporâneas de histórias indígenas em Belém: sobre mármore e grafites. In: **Revista Maracanan**. n. 24, maio-ago., 2020. pp. 544-566
- NEVES, Ivânia; GREGOLIN, Maria do Rosário. A arqueogenealogia foucaultiana como lente para a análise do governo da língua portuguesa no Brasil: continuidades e disrupções. In: **Revista Moara**. Edição 58, Jan-Jul, 2021. [no prelo]
- NEVES-CORRÊA, Maurício. **Heterotopias no país do milagre: os corpos indígenas e as histórias filmadas**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP-Campos Araraquara), 2018.
- NUNES, Paulo; FARES, Josse. **Transmares: vozes em diálogo**. Belém: UNAMA, 2007.
- PEREIRA, Lucas de Almeida. **Da Filosofia à História**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- RAIOL, Domingos. **Motins Políticos ou história dos principais acontecimentos políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

ROBERTS, Ian; KATO, Mary (Orgs.). **Português brasileiro** – uma viagem diacrônica. São Paulo: Contexto, 2018.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SEVERO, Cristine; SITEO, Bento; PEDRO, José. **Estão as línguas nacionais em perigo?** Lisboa: Escolar Editora, 2014.

SILVA, Thaís Cristófar. **Fonética e fonologia do português**: roteiro de estudos e guia de exercícios. São Paulo: Contexto, 2009.

TAYLOR, Dianna. Práticas de si. In: TAYLOR, Dianna (Org.) **Michel Foucault** – conceitos fundamentais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. pp. 221-237.

Notas

ⁱ A “gênese” do debate proposto no artigo integra uma parte de um dos capítulos da minha Tese de Doutorado, intitulada “O governo da língua na Cabanagem: (des)encontros coloniais na Amazônia” (LAVAREDA, 2021).

ⁱⁱ No período da Cabanagem, a Província do Grão-Pará compreendia os territórios pertencentes aos estados do Pará, Roraima, Amapá, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso.

ⁱⁱⁱ “[...] Louis-Jean Calvet em seu livro *Linguística e colonialismo*, publicado pela primeira vez em francês em 1974, e onde analisa basicamente a situação linguística das ex-colônias europeias na África, denomina *glotofagia*, o processo pelo qual uma língua colonizadora acaba “devorando” as línguas dominadas” (LAGARES, 2018, p. 145).

Sobre o Autor

Welton Diego Carmim Lavareda

Doutorado em Letras (Área de Concentração: Estudos Linguísticos) pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestrado em Comunicação, Linguagem e Cultura pela Universidade da Amazônia (UNAMA); Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas pela Universidade da Amazônia (UNAMA). Atualmente é professor da Universidade da Amazônia (UNAMA), lotado no Centro de Ciências Humanas e Sociais, e do Centro Universitário Fibra (UNIFIBRA), onde colabora na Graduação em Letras e nos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu na área de linguagens e ensino de línguas.

E-mail: diego.lavareda@hotmail.com ; **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-6260-3558>

Recebido em: 12/07/2021

Aceito para publicação em: 15/08/2021